

# *Capítulo 1*

## TECENDO DIÁLOGO COM O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Erisvaldo Pereira do Santos  
Irani Torquato





Conforme afirma a pesquisadora Ilma Veiga, “a possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade.” (VEIGA, 1995, p. 14). Nós estamos compreendendo o PPP como um documento de identidade da escola, e não como algo a ser arquivado e encaminhado para as autoridades responsáveis pelo Sistema Educacional. Sua elaboração pressupõe diálogo e reflexão coletiva sobre a concepção, a realização e a avaliação do ensino e da aprendizagem, envolvendo a comunidade educativa e atores do território onde a escola está localizada. Os artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, Lei 9.394/96) atribuem aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução da proposta pedagógica, incumbindo aos docentes a tarefa de realizar uma articulação entre a família e a comunidade, a partir de normas da gestão democrática do ensino público na educação básica.

O diálogo que estamos tecendo aqui está amparado pela legislação educacional brasileira, que vem sendo alterada para efetivar os princípios do pluralismo de ideias, concepções pedagógicas e gestão democrática no ensino público, consagrados no Artigo 206 da Constituição de 1988. O documento mais recente denominado Base Nacional Comum Curricular – BNCC,

assevera que cabe às escolas “incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora” (BNCC, 2017, p. 19).

Com efeito, sabemos que as realidades das escolas públicas são diferenciadas tanto do ponto de vista dos sujeitos que atuam em seus interiores como dos territórios em que elas estão estabelecidas. As precarizações do trabalho docente, com baixa remuneração, jornadas exaustivas e falta de prestígio da profissão têm produzido adoecimento e desânimo na vida de professores(as), que reduzem a capacidade de diálogo e atuação em projetos coletivos. Alia-se a isso, a ausência de dispositivos críticos e teóricos para enfrentar desafios relacionados aos corpos e vivências de estudantes, que não conseguem ver a escolarização como um ativo importante para sua leitura de mundo e mobilidade social. O território em que se encontram esses sujeitos docentes e discentes é, quase sempre, marcado por violência, fortes desigualdades sociais e passivos políticos relacionados às hierarquias raciais e discriminação de gênero. Nesse contexto, a perspectiva de formação para cidadania e para o trabalho visada na Lei 9.394/96 perde sua efetividade social e política em virtude de discrepâncias entre aquilo que se ensina, o

que se aprende e as expectativas de qualidade de vida na sociedade.

Com efeito, o princípio constitucional que norteia este diálogo é a “liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” assegurado no artigo 206 da Carta Magna de 1988. Com base nessa liberdade e na intencionalidade de uma educação antirracista, este diálogo com o projeto político pedagógico resulta da produção de professores e professoras que aceitaram o convite para participar do projeto de Pesquisa “Epistemologias antirracistas e projeto político pedagógico: uma pesquisa aplicada no âmbito da Secretaria de Educação de Contagem – MG.” A partir de sua submissão e seleção no Edital Equidade Racial na Educação Básica: pesquisa aplicada e artigo científico – 2020 - 2022, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT - SP, iniciamos as tratativas para a participação de professores (as) de dez (10) escolas municipais de Ensino Fundamental II, previamente indicadas no projeto aprovado. Os critérios para a escolha dessas escolas consideraram os resultados da avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, a localização periférica, a presença de comunidades tradicionais e grupos culturais afro-brasileiros e também as altas taxas de indicadores de desigualdades sociais no

território. Conforme exigência do Edital foi constituído um Comitê Gestor, responsável pela condução da pesquisa, formado por professoras e uma estudante bolsista, vinculadas ao Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Educação das Relações Étnico-Raciais e Alteridade do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto e também ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI - UFOP.

Um edital conjunto entre a coordenação de pesquisa e a Secretaria de Educação de Contagem instaurou um processo de inscrição para selecionar docentes das escolas indicadas no projeto de pesquisa. Um total de vinte e um (21) docentes consideraram a proposta relevante e se inscreveram para participar, sendo selecionados dez docentes com os respectivos suplentes. Após este processo seletivo, todos os docentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, aceitando o convite e manifestando seu interesse em participar voluntariamente de uma pesquisa-ação de natureza colaborativa.

Participaram como pesquisadores(as) colaboradores (as) os(as) seguintes docentes: Carla Maza Ireno Freire, Cristiano Gonçalves Augusto, Everton Correia Alves, Gizélia Gomes Marques, Juliana Lott, Kelly Christine Duarte Santos, Patrícia Souza Ferreira, Regina Luciana Matias Costa, Ricardo Tadeu de Souza e Sérgio Donizete

Ferreira. Uma das professoras selecionadas afastou-se da pesquisa por motivos pessoais. Como não havia suplente selecionado na sua escola, tivemos que trabalhar com apenas nove (9) instituições. Tivemos, também, a participação de uma suplente, a fim de dividir a tarefa da professora titular que atuava na assessoria pedagógica da Secretaria de Educação de Contagem. Como subsídios para participar da pesquisa, os (as) docentes receberam um laptop e as obras da referência bibliográfica do projeto, adquiridos com os recursos financeiros destinados para a realização da pesquisa.

Após o resultado do pleito eleitoral do município de Contagem, mantivemos a ex- gestora da área de Educação das Relações Étnico Raciais da SEDUC, que havia colaborado no processo de seleção do projeto, e integramos a atual assessora desta pasta na SEDUC. Por sua vez, o CEERT indicou o Prof. Dr. Wanderson do Nascimento Flor, da Universidade de Brasília -UNB, para supervisionar e colaborar para o desenvolvimento do projeto.

Em razão da Pandemia do Covid-19, que impossibilitou encontros presenciais, as atividades aconteceram através de 2 (dois) encontros mensais remotos/ síncronos pela Plataforma Meet, disponibilizada pela Universidade Federal de Ouro Preto -UFOP. Nos dois primeiros meses buscou-se produzir um

diagnóstico das escolas e do seu território, envolvendo os atores sociais, as práticas educativas e os movimentos e associações culturais presentes no seu entorno. O outro encontro mensal era de natureza formativa, e seu conteúdo versava sobre a produção bibliográfica das feministas negras, nomeadamente Patricia Hill Collins, bell hooks<sup>1</sup>, Grada Kilomba, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, entre outros. O objetivo principal da pesquisa foi alcançado com os encontros: “oferecer aportes epistemológicos do feminismo negro e antirracista, a fim de contribuir para a reflexão sobre a fundamentação de Projetos Político-Pedagógicos (PPP’s), na perspectiva das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

---

<sup>1</sup> Nota sobre o nome bell hooks: O nome de registro de nascimento de bell hooks é Gloria Jean Watkins. Por enfrentamento político e a afirmação de um lugar de sujeito na teoria, em choque com a norma acadêmica estadunidense, ela atribuiu para si um novo nome registrado sempre em letras minúsculas. No capítulo que escreve sobre Paulo Freire, ela afirma que bell hooks é sua voz de escritora (HOOKS, 2017, p. 65). Nesse sentido, bell hooks não se refere ao nome de uma pessoa, mas a uma “voz de escritora”, uma posição teórica, conforme nos escreve e orienta o professor *Wanderson flor do nascimento* da Universidade de Brasília. Porém, o proponente da pesquisa que deu origem a organização deste livro escolheu seguir a posição da teórica estadunidense registrando o nome bell hooks em minúsculo no corpo do texto, mas registrá-lo também em maiúsculo de acordo com a Norma Brasileira de Referência - NBR no sistema autor/data e nas referências finais para escritores e escritoras (Erisvaldo P. dos Santos).



Cultura Afro- Brasileira e Africana.” Os encontros formativos seguiram acontecendo nos meses seguintes, sendo acompanhados de uma discussão sobre os projetos político-pedagógicos das escolas participantes.

Computadas as horas de encontros remotos síncronos e estudo individual e de pesquisa na escola, tivemos um total de cento e vinte (120) horas de trabalho. Voluntariamente, os (as) docentes colaboradores(as) desta pesquisa dedicaram muitas horas fora do seu tempo de trabalho, a fim de agregar valor para a sua atuação profissional e contribuir para mudanças na realidade escolar.

A partir do estudo e das reflexões desenvolvidas nos encontros, os(as) docentes pesquisadores(as) colaboradores(as) foram convidadas(os) a apresentar projetos desenvolvidos nas escolas e também a pensar outras atividades que poderão ser realizadas com foco em uma educação antirracista. O conjunto das propostas apresentadas teve como objetivo evitar que a perspectiva de uma educação antirracista comparecesse no PPP na lógica de uma “pedagogia de eventos” conforme se referiu um dos nossos colaboradores. Cada colaborador(a) foi construindo e/ou apresentando projetos a partir da realidade da escola. Nos projetos dos(as) colaboradores(as) estamos identificando práticas educativas, perspectivas de atuação e reflexões

pedagógicas que podem constar no PPP de cada escola. O nosso objetivo não é prescrever o que deve constar no PPP, mas refletir e propor práticas que contribuam para o desenvolvimento de um processo de aprendizagem pautado numa perspectiva antirracista que, ao mesmo tempo, interrogue o PPP e valorize saberes comunitários e tradicionais, envolvendo a comunidade escolar e seu entorno.

O objetivo principal deste trabalho é a implementação de uma educação antirracista pela escola através de Projeto Político-Pedagógico. Nesta perspectiva, o estudo e a compreensão das leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana constituem-se tanto como bases legais quanto ferramentas para a construção de uma pedagogia antirracista no ambiente escolar. Conforme assevera o artigo 2º da Resolução CNE/1/2004, que estabelece as Diretrizes, o que se almeja como meta no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil são relações étnico-raciais positivas, rumo à construção da nação democrática.

O projeto do professor Cristiano, realizado na E. M. Wancleber Pacheco, instiga o pensamento crítico a partir da indagação “Por quê ...?” Além disso, oportuniza ao

estudante desconstruir e reconstruir conhecimentos acerca da África, africanos(as), diáspora, resistência, luta e cultura do povo negro. Elencar estes e outros temas acerca do racismo reafirma uma intencionalidade educativa antirracista da escola. No PPP esta intencionalidade pode ser traduzida em projetos e ações para todas as etapas e anos da educação básica, afirmando o direito de todos os estudantes a esses conhecimentos que estão legalmente estabelecidos na legislação nacional. Neste sentido, na reformulação do PPP, à luz de uma educação antirracista, além da comunidade escolar, é oportuno buscar outros atores da comunidade, ou além dela, para contribuir na construção de conhecimentos e saberes como, por exemplo, o Movimento Negro, lideranças religiosas das religiões de matriz africana, grupos de capoeira, Irmandades do Rosário, etc. Dessa forma, esses saberes subalternizados e silenciados nas escolas poderão ocupar o seu lugar em um currículo ainda muito marcado pela hierarquização e o eurocentrismo.

A autoavaliação institucional do PPP de uma escola é uma tarefa que demanda envolvimento de todas as pessoas atuantes na comunidade escolar e também de entidades e organizações sociais do seu território. A perspectiva antirracista se inscreve na lógica da educação cidadã e dos direitos humanos, envolvendo todo tipo de

mazela que impacta negativamente o cotidiano escolar. Um projeto educativo não se efetiva sem revisões e avaliações constantes, a fim de rever metas e estratégias. A implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, além de normatizar aprendizagens essenciais, orienta-se por princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. O racismo, o machismo, o sexismo, a misoginia e todas as opressões e intolerâncias constituem-se obstáculos para uma formação humana e se contrapõem aos interesses e objetivos da democracia.

Em contextos sociais marcados por desigualdades, violência e autoritarismo, o compromisso e o envolvimento da comunidade escolar, de trabalhadores(as) da educação e estudantes com os objetivos e práticas de uma educação democrática podem não ser tarefas fáceis. No entanto, sem compromisso e envolvimento as intencionalidades do ato educativo não se realizam.

A E. M. Padre Joaquim já está nessa caminhada, acreditando que outra educação é possível (TOLENTINO, 2018), como reiteram as professoras Élide e Juliana, através deste projeto. Dessa forma, debater, problematizar, aumentar o letramento racial dos(as)

professores(as) são estratégias que viabilizarão um PPP baseado em práticas antirracistas.

Trabalhar a autoestima, a superação da autorrejeição, o empoderamento e o fortalecimento da identidade étnico-racial contempla não apenas o princípio do fortalecimento de identidades e de direitos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como também a concretização de projetos de vida e continuidade nos estudos. Uma boa estratégia para o desenvolvimento da temática é a leitura e discussão das diretrizes supracitadas pelos professores e pedagogos com encontros previstos no PPP. A busca de parceria com outros equipamentos públicos locais como a Assistência Social, a Saúde, Universidades e Núcleos de Pesquisa, além de desejável, deixa claro que a escola está no caminho para consolidar um PPP na chave da educação antirracista, o que é sempre um desafio, pois devem ser superadas posturas e práticas conservadoras que não dialogam com o que dispõem as leis 10.639/03 e 11.645/08.

O projeto da E. M. Estudante Leonardo Sadra, representada por..., com duração anual, traz uma importante colaboração à elaboração do Projeto Político Pedagógico, a fim de evitar que as ações sejam vistas como uma “pedagogia de eventos”. É importante

salientar que a política curricular fundamentada nas leis 10.639/03 e 11.645/08 instiga a busca de informações por parte dos professores sobre a realidade política e histórica da nossa diversidade. A partir dessa postura, práticas pedagógicas podem ser revistas com análises críticas que contribuirão para eliminar conceitos e ideias sobre o preconceito e o racismo. Mais uma vez, identificamos a importância de parcerias com o Movimento Negro e com Núcleos de Pesquisa. Essas parcerias, além de adensar o diálogo com a comunidade escolar e seu território social, podem resultar na construção ou reconstrução de um PPP que represente os anseios da comunidade educativa e do território social em que se encontra a escola. Trocas de experiências, respeito e valorização da diversidade e a ampliação de conhecimento qualificarão o debate que vão reverberar no principal documento da escola, ou seja, seu Projeto Político Pedagógico. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como a Base Nacional Comum Curricular - BNCC vão ser agenciadas como referências para processos formativos com leituras e debate sobre um processo de aprendizagem com bases e concepção de educação antirracista.

O movimento das professoras Patrícia, Mariana e do professor César, na E. M. Estudante Leonardo Sadra representa uma experiência exitosa de práticas educativas que valorizam a diversidade étnico-racial, expressando bem como o PPP pode ser um documento que estabelece as maneiras pelas quais os professores poderão realizar esse trabalho.

Apresentar a representatividade de importantes personagens negros é uma ação importante para todos os estudantes. Para os negros e indígenas essa representação contribui para fortalecer seu pertencimento racial e para os brancos essa ação pensada pedagogicamente pode ajudar a rever seu sentimento de superioridade que é uma marca da branquitude. O projeto da E. M. Vereador Benedito Batista, que trabalhou as personalidades negras, trouxe um elemento fundamental, ou seja, o estudante negro só pode se espelhar em algo que ele vê. Dessa forma, é na afirmação de identidades negras, empoderamento e no aumento da autoestima e autoconfiança que a escola pode se posicionar diante do desafio de concretizar uma educação antirracista que problematiza os privilégios da branquitude. O envolvimento de toda a escola, ampliando o tipo de trabalho desenvolvido pelo professor Ricardo, não pode acontecer sem que o Projeto Político Pedagógico preveja ações, estabelecendo as

estratégias e os processos de ensino-aprendizagem adaptados à todas as etapas da educação básica. Mais uma vez, o diálogo e a parceria interna e externa aos muros da escola podem contribuir para a construção de um PPP coerente com uma escola democrática. O pressuposto é de que o Movimento Negro, grupos de congado, lideranças comunitárias e religiosas, equipamentos públicos locais têm relevantes contribuições para a reelaboração do PPP.

A transversalidade da temática das relações étnico-raciais, bem como uma abordagem crítica acerca da história e cultura africana e afro-brasileira são contempladas no Projeto Político Pedagógico das escolas, como exigência das leis 10.639/03 e 11.645/08. As ações pensadas para a comunidade escolar, além de estabelecer o seu pertencimento racial e identificar os casos de racismo, visam à concretização de um PPP robusto e atualizado no Regimento Interno da escola. O projeto da E. M. Estudante Leonardo Sadra, cuja autoria é da professora Carla, traz uma importante ponderação para a reformulação do PPP: tratar os conteúdos voltados para história e cultura africanas e afro-brasileiras de forma crítica, valorizando diferenças, conhecimentos, resistências, e indo além de uma abordagem tradicional da escravização. Com este objetivo no projeto, a nossa colaboradora faz uma crítica ao currículo que ainda está



centrado na colonialidade, que busca desqualificar saberes não valorizados pelo etnocentrismo/eurocentrismo. Ao mesmo tempo, propõe a orientação decolonial do currículo, que busca diálogo entre as diferentes visões, permitindo que vozes, saberes e conhecimentos, antes subalternizados, se materializam no currículo. Vale ressaltar que esta escola atende crianças e adolescentes da Comunidade Quilombola dos Arturos, cujos saberes e práticas culturais já estão sobejamente registrados e conhecidos em pesquisa e obras com Gomes e Pereira (1988), Lucas (2002), Sabará (2015), Santos (2019). Neste sentido, o estudo e o debate das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana podem contar com a produção bibliográfica sobre os Arturos, como subsídios importantes para a construção de uma pedagogia antirracista, focada nos saberes tradicionais.

Uma das características do Projeto Político-Pedagógico é ser um documento vivo, em constante avaliação, que deve ser atualizado periodicamente. Criar um instrumento para avaliar as práticas pedagógicas do ponto de vista de uma educação multicultural que considere ações antirracistas, antissexistas e inclusivas pode possibilitar mudanças no ambiente escolar. O projeto da E.M. Maria de Matos Silveira se debruça sobre

a necessidade de uma avaliação constante que considere todos os detalhes incluídos no processo. A construção coletiva deste instrumento legitima um compromisso da escola com uma educação que vê na diversidade uma riqueza e não um problema. A constituição de uma comissão responsável em sistematizar as discussões e socializar os resultados com colegas torna a experiência transparente e multiplicável dentro do sistema educacional. O movimento proposto na escola pela professora Gizélia significa um grande avanço na reelaboração do PPP. O diálogo da comunidade escolar com pesquisadores e Núcleos de Pesquisa pode contribuir sobremaneira para determinar quais indicadores da educação antirracista estão presentes na escola e quais indicadores devem ainda ser construídos. Esta ação implicará em uma mudança significativa no ambiente escolar na busca de uma educação para todos.

Ao propor que as epistemologias antirracistas façam parte do Projeto Político Pedagógico, estamos na direção de um currículo emancipatório, cujas competências e conteúdos superem a invisibilidade de toda a produção de intelectuais e ativistas negros(as). Sobretudo aqueles saberes que os membros dos diversos grupos que formam o Movimento Negro construíram ao longo de anos de luta e reivindicações por direitos e cidadania. O projeto da E.M. Rita Carmelinda Rocha, cuja proposta é da

professora Kelly, propõe o trabalho com o tema que é uma inspiração para a reformulação do PPP da instituição. Ao pautar o Movimento Negro com os estudantes, propicia-lhes o conhecimento de lutas e resistência da população negra, temas negligenciados pelo currículo. Vale mencionar que a educação sempre esteve na agenda do Movimento Negro não só do ponto de vista da escolarização de crianças, jovens e adultos negros, mas também na perspectiva de uma educação política da população negra. Tudo somado, o Movimento Negro contribui para uma mudança social e reeduca a sociedade, produzindo conhecimentos e novos entendimentos sobre as relações étnico-raciais (GOMES, 2017). Certamente, as parcerias permanentes com membros do Movimento Negro e outros movimentos sociais vão garantir a robustez ao exercício de reformulação do PPP.

A presença de lideranças e estudantes egressos do território da escola na elaboração ou reelaboração do Projeto Político Pedagógico, além de legitimar esse processo, também poderá adensar o currículo com saberes e conhecimentos que, geralmente, são ignorados pela escola. Esta é a proposta do projeto da pedagoga Regina.

Ao trazer para dentro da escola as Irmandades Negras da comunidade, consideradas por muitos como

verdadeiros espaços de perpetuação e resistência da cultura africana, temos uma mudança efetiva na relação com esses sujeitos produtores de saberes e cultura. Podemos discutir e elaborar estratégias pedagógicas para combater o preconceito e a discriminação acerca da religiosidade negra. Esse movimento nos permite construir e/ou aprofundar o diálogo com as Irmandades Negras como produtoras de conhecimento, superando o currículo eurocentrado. É importante salientar que as leis 10.639/03 e 11.645/08 propõem uma política curricular que dê condições para que outros conhecimentos e saberes, outrora marginalizados e desqualificados pelo colonialismo, ocupe o seu lugar no currículo em situação equânime com os demais conhecimentos. Neste sentido, o projeto pode se tornar um mote e uma inspiração para a reformulação do PPP da instituição, de modo que se configure como um documento que deve prever todas as intencionalidades pedagógicas e educativas que guiarão o trabalho da escola que, em teoria, deveria professar uma educação laica. Assim sendo, na elaboração do Projeto Político Pedagógico, dentre outras ações, essa assimetria entre as religiões não pode ser ignorada. O respeito e o acolhimento às religiões de matriz judaico-cristã, em detrimento de outras, especialmente daquelas relacionadas à cultura africana têm significado violência simbólica e baixa autoestima para estudantes de outras

práticas religiosas. Nesta perspectiva, o projeto da E. M. Glória Marques Diniz de autoria do professor Sérgio propõe atividades que objetivam promover os estudos das religiões brasileiras de matrizes africanas, assim como expressões populares do sagrado como as Congadas, as Folias e as Irmandades do Rosário. São muitos os conhecimentos, saberes e valores das religiões de matriz africana que não deveriam ser ignorados no currículo. Exemplo disso são a circularidade, oralidade, memória, religiosidade, cooperativismo, energia vital, musicalidade, ludicidade, corporeidade e ancestralidade. O mapeamento de terreiros, das congadas, folias e irmandades da comunidade, bem como o diálogo com as lideranças religiosas de matriz africana para a construção de práticas educativas que considerem seus saberes e conhecimentos, são ações que podem provocar uma mudança no currículo e a consolidação de um PPP antirracista.

Após a apresentação dos projetos de trabalho construídos por docentes que atuaram como pesquisadores colaboradores, Rosângela Silva, ex-diretora da SEDUC nos apresenta alguns dados estatísticos da realidade sócio-educacional e racial de Contagem, especificamente de duas regionais administrativas do município. A seleção de escolas das regionais Nacional e Ressaca teve como objetivo

principal o desenvolvimento de uma pedagogia antirracista em territórios de grande população negra, marcado por desigualdades raciais e sociais. Os avanços na implementação das políticas públicas voltadas para a educação das relações étnico-raciais são destacados, mas ainda não se observa a centralidade em torno da construção de uma pedagogia antirracista.

Na sequência do texto de Rosângela, que atuou no Comitê Gestor da pesquisa, organizado para cumprir exigência do edital lançado pelo CEERT, temos as análises e reflexões produzidas por Cristina Sacramento, Áquila Bruno e a bolsista quilombola Thaís Domingos sobre as etapas do projeto. O texto termina por evidenciar algumas das principais características da pesquisa-ação explicitadas por Hugues Dione (2007, p. 49) a saber: a) pertinência conjuntural do objeto da ação; b) processo interativo no planejamento e desenvolvimento; c) debates e discussões com os atores inseridos; d) reinserção direta na prática. Essas características distinguem a pesquisa-ação da pesquisa clássica.

No capítulo escrito por Kassandra Muniz vamos encontrar uma reflexão que estabelece relações entre o pensamento feminista negro e o campo curricular. Na conclusão, o coordenador da pesquisa retoma a discussão que fundamentou a proposta juntamente com um dos colaboradores, o professor Sérgio Donizeti

Ferreira. Há um destaque sobre o processo de mobilização e adesão da proposta por parte da SEDUC-Contagem e um conjunto de professores(as) interessados(as) em discutir e revisar o PPP em uma perspectiva antirracista.

O resultado aqui apresentado, sobretudo nos projetos de trabalhos dos(as) professores(as), além de revelar a preocupação com a pertinência da construção de uma pedagogia antirracista, expressa bem a compreensão de bell hooks (2017, p. 20) quando se refere a múltiplas perspectivas que produzem um ponto de vista envolvente e poderoso para as práticas pedagógicas, resultado de interações de atores que agem e pensam a educação como prática da liberdade.

Para terminar esta apresentação, temos de agradecer a todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente nesta pesquisa que afastaram-se dos processos eurocêntricos de validação do conhecimento, valorizando a experiência vivida como critério de significado para o conhecimento, fizeram o uso do diálogo na avaliação de reivindicações de conhecimento e operaram com a ética do cuidar, considerando a responsabilidade pessoal na busca da verdade, tal como nos ensina a teórica feminista estadunidense, Patricia Hill Collins (2019), em suas reflexões sobre a epistemologia feminista negra.

Seguindo o caminho traçado por Collins (2019, p. 419-421), nos três componentes da ética do cuidar, realizamos este trabalho pautado nesta chave de leitura e ação: 1 - ênfase dada à singularidade individual, considerando cada indivíduo como uma expressão única do espírito; 2 - respeito à presença das emoções nos diálogos, como espécie de cura para o binarismo que separa emoção do intelecto; 3 - valorização da empatia como parte fundamental da ética do cuidar.

É por isso que temos uma certeza neste momento: um trabalho realizado por meio de reflexões e ações colaborativas e compartilhadas tem tudo para reverberar positivamente no campo da educação escolar.